



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/  
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



**CAROLINE LUCENA DE SOUSA**

**HISTÓRIA DE UMA ESCOLA DO CAMPO: A RELAÇÃO DA ESCOLA  
MONSENHOR LOPES COM A COMUNIDADE FORTE**

**PICOS – PI  
2018**

**CAROLINE LUCENA DE SOUSA**

**HISTÓRIA DE UMA ESCOLA DO CAMPO: A RELAÇÃO DA ESCOLA  
MONSENHOR LOPES COM A COMUNIDADE FORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

**Orientadora:**

Profa. Dra. Suzana Gomes Lopes

**PICOS – PI  
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA**

**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**

**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**S725h** Sousa, Caroline Lucena de

História de uma escola do campo: a relação da escola Monsenhor Lopes com a comunidade forte / Caroline Lucena de Sousa.– 2018.

CD-ROM : il.; 4 ¼ pol. (46 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo Ciências da Natureza) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Suzana Gomes Lopes

1. Instituições Escolares. 2.Comunidade Rural. 3.História da Educação. I. Título.

**CDD 370.981 22**



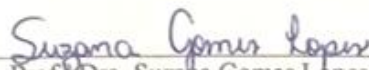
CAROLINE LUCENA DE SOUSA

HISTÓRIA DE UMA ESCOLA DO CAMPO: A RELAÇÃO DA ESCOLA  
MONSENHOR LOPES COM A COMUNIDADE FORTE

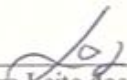
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de  
Licenciado em Educação do Campo/Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do  
Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Aprovado em 26/04/2018

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Suzana Gomes Lopes – Orientadora  
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Me. Alexandre Leite dos Santos Silva – Membro  
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais – Membro  
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Aos meus filhos, Francisco Lucena de Sousa Neto e Emily Valentina Lucena Matos, razão do meu viver, e ao meu esposo, José Antônio Matos Silva, que sempre me apoiou e me deu forças para que eu pudesse enfrentar os desafios, sejam quais fossem, e assim, desenvolvesse meus estudos. E, especialmente, aos meus pais, Francisco Lucena de Sousa (*in memoriam*) e Francilene Rodrigues Lucena de Sousa, que sempre acreditaram em mim e nunca mediram esforços para verem a mim e meus irmãos felizes.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pelo dom da vida, por estar ao meu lado durante toda a minha caminhada, por ter sido presença viva em cada momento da minha vida e por nunca ter me desamparado nos momentos de dificuldades, me dando força, ânimo e coragem no decorrer da minha trajetória para alcançar minha meta.

À minha família, em especial meus pais, Francisco Lucena (*in memoriam*) e Francilene Rodrigues, os grandes responsáveis pela conclusão desta fase em minha vida, pelo apoio incondicional durante esta jornada acadêmica e por sempre terem estimulado meu desenvolvimento como ser humano e serem exemplo de luta e persistência. Foram os meus guias e tenho uma gratidão para com eles que nunca poderei saldar, pois sempre me apoiaram em todos os meus projetos. Não são uns pais perfeitos, mas são os melhores pais do mundo.

Aos meus filhos, Francisco Lucena Neto e Emilly Valentina Matos, pelo amor, carinho e compreensão durante essa etapa, minha razão de viver, obrigada por me fazer ser uma pessoa melhor a cada novo amanhecer.

Aos meus irmãos (Cássia, Junior, Felipe e Felício Lucena) pelo imenso apoio e incentivo durante a jornada acadêmica e, acima de tudo, pela credibilidade, que me incentiva cada vez mais a ultrapassar barreiras em busca de novas conquistas.

Ao meu esposo, José Antônio Matos, que inúmeras vezes me apoiou, escutou o que eu tinha para dizer e desabafar, e me incentivou e continua me incentivando cada vez mais a seguir em frente; agradeço seu amor e companheirismo.

Aos meus sobrinhos Eric Lenin, Igor Augusto, Ana Clara, Hiury e João Miguel pela confiança, alegria e carinhos depositados a mim, pelos momentos de alegria.

Aos meus avós espelhos de vida: Helena Marinho, Maria do Socorro (Mariinha) e Francisco Lucena.

Aos meus professores pelos conhecimentos adquiridos, pela paciência e sabedoria repassada. Foram vocês que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco a cada dia.

Aos meus amigos pelo incentivo, apoio e inspiração, através de gestos e palavras, para superar as dificuldades, em especial à Maria da Cruz Guimarães e Ingrid Carla Oliveira.

À minha orientadora, Suzana Gomes Lopes, pela imensa paciência e dedicação, e pela disponibilidade e constante boa vontade em me ajudar na elaboração desse trabalho.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível. Deixo-lhes aqui os meus sinceros agradecimentos.



Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que o que era antes.

*Marthin Luter King*

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é um estudo histórico da Escola Monsenhor Lopes e da sua relação com a Comunidade Forte, situadas na zona rural do município de Inhuma, Estado do Piauí. O objetivo é compreender a relação da escola com a comunidade através de memórias de ex-diretores, ex-alunos, professores, funcionários e moradores desta comunidade. O interesse em construir a história da escola partiu da necessidade de reconstruir a minha própria história, pois foi nesta instituição de ensino que houve a formação pessoal e profissional não só de minha família (desde os meus avós), como de pessoas da comunidade rural a qual pertença e até mesmo de outras localidades. Esta pesquisa foi de caráter qualitativa e descritiva, cuja coleta de dados foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas, questionários e corpus documental. Os resultados constataram que a história da educação da Comunidade Forte se inicia antes da implantação da Escola Monsenhor Lopes que ocorreu em 1972. O ensino era realizado em casa de família e só atendia os filhos dos moradores da Comunidade Forte. A primeira sala de aula da escola foi construída somente no ano de 1974 e o Ensino Fundamental II foi implantado em 1998. Ao longo dos anos a escola não somente cresceu em estrutura física, mas também em número de alunos, professores e localidades rurais atendidas. Porém, apesar de estar em uma zona rural e atender moradores camponeses, há indícios de que a escola não oferece um ensino voltado para o campo ou que segue os preceitos da Educação do Campo. A interação da Comunidade Forte com a Escola Monsenhor Lopes parece ser esporádica e se limita aos eventos e reuniões escolares. Contudo, a existência da Escola Monsenhor Lopes é considerada primordial pelas pessoas da Comunidade Forte, devido a seu papel educacional junto aos moradores, que a veem como oportunidade para melhorar de vida. A importância da escola para os moradores da Comunidade Forte vai além da relação profissional ou de formação, sendo até mesmo considerada de ordem emocional, uma relação afetiva.

Palavras-chave: Instituições escolares. Comunidade rural. História da Educação. Memória. Educação do Campo.

## **ABSTRACT**

This completion of coursework is a historical study of the Monsenhor Lopes School and its relationship with Forte Community located in the rural area of the municipality of Inhuma, Piauí State. The objective is to understand school's relationship to community through memories of school personnel and community residents. The interest in studying the school history started from the need to reconstruct my own history, because this schooling institution was responsible for professional and personal formation of my family (including my grandparents), Forte and other rural community's people. This research was qualitative and descriptive study whose data were collected from semi-structured interviews, questionnaire and documentary corpus. The results indicate that the history of education in Forte Community began before school implantation in 1972. The schooling was realized in family houses and it only served the Forte Community children. The first classroom was building in 1974, and the Middle School was offered in 1998. The Monsenhor Lopes School not just grew up in infrastructure, but also in number of students, teachers, and rural communities served over time. However, despite being in the rural area and be served countryside residents, there are evidences that this school do not offer a schooling based in the countryside reality or according the countryside education principles. The interaction between Forte Community and Monsenhor Lopes School was sporadic, and it only occurs at school events and meetings. Nonetheless, the existence of the Monsenhor Lopes School is regarded as crucial by community's people, due to its educational role to the people who see it as an opportunity to improve their lives. The importance of this school to the Forte Community goes beyond the schooling and professional relationship, being considered of emotional, an affective relation.

Key-words: School institutions. Rural community. History of Education. Memory. Countryside education.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Escola Municipal Monsenhor Lopes localizada na Comunidade Forte, zona rural do município de Inhuma, Estado do Piauí.....12
- Figura 2 – Residências utilizadas antigamente para fins educacionais na Comunidade Forte. (A) Casa da Dona Mariinha; (B) Casa do Sr. Francisco.....22
- Figura 3 – Escola Municipal Monsenhor Lopes da Comunidade Forte. (A) Padre Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes; (B) primeira sala de aula.....24
- Figura 4 – Placa de ampliação e reforma da Escola Monsenhor Lopes da Comunidade Forte no ano de 1987.....26
- Figura 5 – Prédio da Associação de Produtores Rurais da Região do Forte.....29

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	133
2 OBJETIVOS.....	166
2.1 Objetivo geral.....	166
2.2 Objetivos específicos.....	166
3 RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE E ESCOLA DO CAMPO: O QUE DIZEM OS TEÓRICOS.....	177
4 MATERIAL E MÉTODOS.....	222
5 CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE FORTE E SUA ESCOLA.....	244
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
REFERÊNCIAS .....	36
APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas .....	39
APÊNDICE B – Questionário40APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	441
ANEXO A – Relação de alunos do diário de classe da Escola Monsenhor Lopes do ano de 1984.....	43
ANEXO B – Conteúdos lecionados no mês de junho registrados em diário de classe da Escola Monsenhor Lopes do ano de 1984.....	474

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum encontrar uma escola em uma comunidade, não como uma instituição restrita ao repasse de conhecimento, mas sim como integrante da comunidade<sup>1</sup> em que está inserida. Esta pesquisa possui como vertente a História das Instituições Escolares, no âmbito da História e da Historiografia da Educação Brasileira, tendo como objeto de estudo a Escola Monsenhor Lopes na Comunidade Forte (FIG. 1). Esta instituição de ensino atende não só a comunidade Lagoa do Forte, mas também as circunvizinhas, como Vereda, Vereda do Forte, Saquinho, Barreiro Branco, Cocos, Barroirão, Atrás da Serra, Canto, Pitanguá, Forte, e Cabeceira do Forte. Considerando-se a localização da escola e a quantidade de comunidades atendidas, pode-se afirmar que a mesma é de suma importância para a formação, tanto do ponto de vista educacional como social, dos moradores da zona rural do Município de Inhumas.

Figura 1 – Escola Municipal Monsenhor Lopes localizada na Comunidade Forte, zona rural do município de Inhumas, Estado do Piauí.

---

<sup>1</sup> O conceito de comunidade empregado neste estudo baseia-se em TEIXEIRA (2010). De acordo com este autor, a comunidade escolar é composta pelos segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. Apesar de, na maioria das vezes, utilizarem o termo comunidade escolar para agrupar professores, funcionários, pais e alunos, este termo está sendo usado em um ponto de vista mais amplo, não focando somente os grupos que a compõem, mas sim a relação entre as pessoas. “O mais importante é o compartilhamento de um projeto educativo eleito por todos que dele desejem participar”.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A maioria dos alunos atendidos nesta instituição escolar pertence a famílias de baixa renda e consideram a escola como um ponto de partida para o crescimento do indivíduo, não só como profissional, mas também como pessoa. Saviani (2005) afirma que as instituições escolares são parte do todo social, “uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade que a servem”. A Comunidade Forte detém suas características históricas, culturais e sociais; aspectos estes que devem ser considerados no processo educativo. Pretende-se, assim, investigar quais as relações que a comunidade tem com a escola desde a sua instalação na localidade até os dias atuais, por meio do resgate das memórias.

O interesse em construir a história da escola partiu da necessidade de reconstruir a minha própria história, pois a mesma foi responsável pela formação pessoal e profissional não só de minha família (desde os meus avós), como de pessoas da comunidade rural a qual pertencem e até mesmo de outras localidades. A escola não é apenas um espaço para construção do conhecimento, mas também de socialização e cultura visando assim o desenvolvimento integral dos sujeitos pertencentes à comunidade, tanto do ponto de vista cognitivo e intelectual, mas também social e afetivo (BORSA, 2007; MOREIRA; CANDAU, 2003; SANTOS; CASTRO, 2012). Assim, a Escola Municipal Monsenhor Lopes é vista como fundamental na preparação das gerações da minha família e de tantas outras que participaram da história desta instituição compondo a comunidade escolar dessa escola do campo.

De acordo com o inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Nº 7.325, de 4 de novembro de 2010, entende-se por escola do campo “aquela situada na zona rural, conforme definido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (BRASIL, 2010). Assim, por esta definição, a Escola Municipal Monsenhor Lopes pode ser considerada uma escola do campo, não somente por sua localização geográfica, mas também pelos sujeitos acolhidos em seu processo educativo. A identidade desta instituição, como uma escola do campo, é definida pelo público social a quem se destina, ou seja, os povos do campo (BORGES; SILVA, 2012).

As investigações sobre as escolas do campo são importantes, pois, justamente pelos maiores desafios da Educação do Campo continuarem sendo práticos, tal área exige um conhecimento teórico cada vez mais rigoroso (CALDART, 2012). De acordo com Caldart (2004, p. 11 e 12), “o desafio teórico atual é o de construir o paradigma (contra hegemônico) da Educação do Campo” e, para tal, deve-se “manter viva a memória da Educação do Campo, continuando e dinamizando sua construção e reconstrução pelos seus próprios sujeitos”.

A manutenção da memória da escola do campo pode subsidiar outro ponto característico e de suma importância da Educação do Campo: o cultivo da identidade do sujeito do campo. Caldart (2004, p. 26) afirma que

Esta também é uma das funções da escola: trabalhar com os processos de percepção e de formação de identidades, no duplo sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma (autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica), e de trabalhar os vínculos das pessoas com identidades coletivas, sociais: identidade de camponês, de trabalhador, de membro de uma comunidade, de participante de um movimento social, identidade de gênero, de cultura, de povo, de nação.

Quando investigamos a história de uma escola do campo também devemos considerar a comunidade em que ela está inserida, pois a história de ambas se entrecruzam, principalmente quando consideramos que a Educação do Campo engloba tanto a política educacional do país como os interesses sociais da comunidade campesina (CALDART, 2012). Portanto, esse estudo busca analisar a relação entre as duas peças basilares da Educação do Campo, por meio do resgate de memórias da escola, visando a valorização da sua relação com os sujeitos campesinos.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Compreender as relações da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Compreender por testemunhas, documentos e registros a história da Escola Monsenhor Lopes e sua relação com a Comunidade Forte;
- Resgatar a memória de acontecimentos e realizações produzidas ao longo da história da Escola Monsenhor Lopes, na Comunidade Forte;
- Refletir sobre a importância da Escola Monsenhor Lopes para a Comunidade Forte e vice-versa.

### **3 RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE E ESCOLA DO CAMPO: O QUE DIZEM OS TEÓRICOS**

O contexto de surgimento da Educação na História do Brasil, simultaneamente, percorre as crises do sistema social, em instituições da sociedade como a família, a igreja, a escola e a comunidade, no desenvolvimento de um papel pedagógico nas primeiras décadas do século XIX. As instituições sociais (família, igreja e escola) contribuíram para a ascensão de poder que moldava brancos e mestiços nos colégios e seminários, através do ensino jesuítico, manipulado pelos padres, seguindo os princípios da reconhecida ordenação escolar, distribuída pelas funções eclesiásticas, magistratura e letras (ARANHA, 2006). Nesse período, havia uma centralização do ensino pelos jesuítas que determinavam o modo de ser e de acontecer da educação no Brasil, e de tal forma contribuía para o enriquecimento da Igreja, porque esta contava com muitos benefícios, inclusive com a produção agrária das missões (ARANHA, 2006). Portanto, na educação houve a influência religiosa originada pelos colonos por meio da fé e a catequização para contribuir no processo que tinha como escopo explorar as riquezas naturais utilizando-se da mão de obra dos indígenas.

A educação acontecia no próprio ambiente de trabalho para que os trabalhadores se adequassem às formas e exigências da tradição, e tinha a função de difundir a fé e conservar a unidade cristã (FREITAG, 2005). Assim, a educação neste caso estava sob domínio da classe burguesa e era ofertada como dever para classes desprovidas visando a aprendizagem de ofícios. Destaca-se que

Os segmentos subalternos preparavam-se para a sociabilidade e para o trabalho, por meio de uma educação informal. A aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos, como para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho sem padrões ou regulamentações, sem atribuições de tarefas para os aprendizes (ARANHA, 2006, p. 166).

A educação no Brasil, desde sua origem, moldou-se transversalmente sobre a discriminação, o preconceito e o favorecimento da burguesia, negando oportunidades às classes subalternas (FREITAG, 2005). A educação na zona rural brasileira, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuando o processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, de prática educativa e métodos de educação popular

(LEITE, 1999). Assim, a educação estava sob responsabilidade basicamente da Igreja Católica, que reforçava a lógica “casa grande-senzala”, garantindo a manutenção da ordem social, evidenciando assim, o quanto o conhecimento letrado foi instrumento de dominação para a elite agrária proprietária, frente aos demais grupos sociais que habitavam o campo (HOLANDA, 1995).

Como privilégio de poucos, o espaço rural nunca foi prioritário para a ação planejada e institucionalizada do Estado brasileiro: o sistema educacional no campo não atendia às necessidades dos sujeitos do campo. A escola no campo nunca foi atendida satisfatoriamente pelas políticas educacionais do Estado, que se omitiu da responsabilidade de viabilizar uma escola de qualidade em todos os níveis de ensino. Com isso, emergiu a migração da população rural para a cidade (ROSA; CAETANO, 2008).

Vale ressaltar que, historicamente, a educação sofreu os efeitos de acordo com sua realidade conjuntural, sob os moldes da sociedade e das relações sociais. De tal modo, “a educação não é, portanto um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvido na política” (ARANHA, 2006, p. 24). A educação no campo partiu da iniciativa de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONG’s), pastorais, instituições de assistência técnica e de pesquisa, entre outras entidades da sociedade civil (ROSA; CAETANO, 2008).

A partir da pressão dos movimentos sociais<sup>2</sup> que questionavam o paradigma da educação realizada no meio rural, voltada para os interesses da classe dominante, surgiu a proposta da “educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo” (SOUZA, 2008). Inicialmente, as terminologias acerca da Educação do Campo e rural devem ser elucidadas para compreender a diferença primordial entre uma e outra.

“Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi concebido como exemplo do atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura” (SOUZA, 2008). Em relação à estrutura social, cultural e econômica, a educação rural foi sendo delineada e gerida no país com a ideia de que para viver no campo não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. Esta

---

<sup>2</sup> Inclui-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outros.

concepção de educação rural considerava que, para os trabalhadores do campo, não era importante a formação escolar já oferecida às elites (ANTÔNIO; LUCINI, 2007).

No entanto, a Educação do Campo, ofertada ao camponês, tem por objetivo fortalecer o caráter da luta de classes em torno da educação. De acordo com Souza (2008), a “educação do campo expressa a ideologia e força dos movimentos sociais do campo, na busca por uma educação pública que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável”. Ela possui novos paradigmas centrados na valorização dos conhecimentos da prática social e de vários aspectos da vida do campo, sejam estes culturais, sociais, econômicos e políticos, em que o campo não é visto somente como um lugar de trabalho, mas também de moradia, lazer, sociabilidade e identidade. Enfim, o campo passou a ser considerado um lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (ANTÔNIO; LUCINI, 2007).

Com a implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e consequente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias (ROSA; CAETANO, p. 23).

Em 1996, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei Nº 9.394/1996), a legislação educacional brasileira inseriu a Educação do Campo pela primeira vez em sua política educacional. A mesma afirma que a educação básica ofertada a população rural pode sofrer adaptações para que se adequem às particularidades que a vida no campo possui, incluindo conteúdos curriculares e metodologias e até mesmo adequação do calendário escolar (BRASIL, 1996). Mesmo assim, consideramos que o ideal é que fosse formulado um modo de fazer educação específico para o campo e construído a partir das necessidades do campesino.

Após esse primeiro avanço, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002) representou uma vitória para os movimentos sociais do campo que reivindicavam não somente uma educação de qualidade para o campo do ponto de vista formativo, mas principalmente de caráter social com respeito a todos os povos que vivem *no* e *do* campo. “Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o

trabalho e para a participação social” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19). As diretrizes reforçam estes caracteres através dos seus artigos 4º e 5º, quando aponta não somente a preparação para o trabalho, mas também o desenvolvimento social e a diversidade que existe no campo do ponto de vista social, cultural, político, econômico, de gênero, geração e etnia (BRASIL, 2002). De acordo com Rosa e Caetano (2008, p. 22), as diretrizes de 2002 revelam uma busca pela “integração da educação escolar com as experiências cotidianas do educando, de acordo com sua origem, seus costumes e seus valores, numa perspectiva integradora escola/campo”.

Desde então, a Educação do Campo vem sendo discutida em várias conferências e encontros da agenda política do país e continua sendo abordada nos documentos legislativos referentes à política pública educacional, como o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE - BRASIL, 2014). O PNE reafirma o compromisso com uma Educação do Campo que respeite as particularidades e a diversidade da Educação do Campo, mas também cita a consolidação da educação escolar no campo ressaltando a sua articulação com a comunidade visando, dentre outros pontos, garantir a preservação da identidade cultural campesina e a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições escolares como as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo (BRASIL, 2014).

Entretanto, quando falamos em Educação do Campo e comunidade não englobamos somente a questão da identidade do sujeito do campo e o tempo escolar. A comunidade do campo precisa participar efetivamente do controle social<sup>3</sup> da qualidade da educação escolar ofertada (BRASIL, 2002). A partir de uma análise crítica das políticas públicas do país, pode-se considerar que a Educação do Campo não ocorre somente por haver uma escola em um espaço rural, mas ela é construída principalmente a partir da integração entre as instituições escolares e a comunidade em que está inserida. De acordo com Kolling, Nery e Molina (1999, p. 66), “a escola precisa ser vista como um espaço da comunidade e não como um ente externo, onde o povo entra constrangido e nem imagina que pode interferir no que ali

---

<sup>3</sup> De acordo com Serafim e Teixeira (2008), controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

acontece e no seu próprio destino”. Somente a partir da integração escola e comunidade do campo pode-se ansiar que a comunidade se desenvolva a partir da educação e vice-versa.

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

Considerando o tipo e a análise dos dados coletados, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, baseada em “dados coligidos nas interações interpessoais, na coparticipação dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta” (CHIZZOTTI, 2010, p. 52). O material coletado para esse tipo de pesquisa é essencialmente descritivo podendo ser relativo a pessoas, instituições, situações e acontecimentos (LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

Parte dos dados foi produzido mediante entrevistas semiestruturadas obtidas com o auxílio de gravador. As entrevistas foram realizadas com um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi reorganizado e modificado ao longo do processo de gravação quando o entrevistador julgava necessário (APÊNDICE A) (LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 40). Outro método de produção de dados foi a aplicação de questionários abertos (APÊNDICE B). Marconi e Lakatos (2003, p. 201) explicam que questionários é “um instrumento de coletas de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Também foi realizada uma análise documental de fontes primárias como: documentos escritos oficiais, materiais escolares e fotografias feitas pelas pesquisadoras ou de arquivos pessoais da escola ou dos interlocutores da pesquisa. As entrevistas foram transcritas e textualizadas, e os documentos arquivados em meio digital. A análise dos dados foi descritiva e qualitativa, cujo objetivo foi a construção de uma história da Escola Monsenhor Lopes e da sua articulação com a Comunidade Forte.

Todos os interlocutores da pesquisa concordaram livremente com a sua participação, e tal anuência está comprovada por meio de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - APÊNDICE C). Apesar do anonimato não ser citado no TCLE, as pesquisadoras, em respeito aos interlocutores, não revelarão a identidade dos sujeitos. Por isso, os sujeitos que foram entrevistados e contribuíram com esta pesquisa estão identificados por meio de siglas. Um total de cinco interlocutores foi selecionado, sendo três mulheres e dois homens, na faixa etária entre 50 e 80 anos. Os entrevistados possuem o seguinte perfil:

- FRLS: mora na comunidade desde antes da criação da Escola Monsenhor Lopes. Ingressou nas primeiras turmas da escola como aluna e manteve uma relação contínua com a comunidade ao longo da sua vida, mesmo quando precisou se deslocar para outros municípios para concluir os estudos. Fez parte da Associação de Moradores da

Comunidade Forte e integra até hoje a comunidade escolar Monsenhor Lopes, tendo assumido inclusive cargos de gestão.

- FRS: vive na Comunidade Forte desde antes da implantação da Escola Monsenhor Lopes e é relacionado com a política local. Viu como a escola foi criada e se desenvolveu ao longo dos tempos na comunidade, mas nunca foi aluno ou funcionário da escola. Sua relação com a escola é o fato de seus filhos e netos terem feito parte da comunidade escolar, sendo que alguns ainda a compõem até hoje.
- HML: moradora da comunidade desde antes da criação da escola. Foi uma das primeiras funcionárias da escola e viu o crescimento da escola de perto, pois reside nas proximidades e por todos os seus filhos, e até mesmo netos, terem tido alguma relação com a escola (sejam como alunos ou até mesmo funcionários).
- JPF: morador da Comunidade Forte que passou por dois momentos educacionais na comunidade – estudou no ensino informal em casas de família, e concluiu o Ensino Fundamental II já quando adulto na Escola Monsenhor Lopes. Passou um tempo fora da comunidade e, ao voltar, pôde ver os efeitos da presença da escola na comunidade.
- MSJR: não é moradora da Comunidade Forte e nem foi aluna da Escola Monsenhor Lopes, mas hoje integra a comunidade escolar. Desempenha diversas atividades na escola, inclusive cargos de gestão. Apesar de não ser moradora da comunidade, a entrevistada possui forte relação com a escola e é testemunha do papel da instituição na formação básica dos moradores.



## 5 CONHECENDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA COMUNIDADE FORTE E SUA ESCOLA

A História da Educação formal da Comunidade Forte se inicia antes da construção da Escola Monsenhor Lopes. O ensino era realizado em casa de família e só atendia os filhos dos moradores da Comunidade Forte: seja o Ensino Infantil na casa da Dona Mariinha de Doutor (*in memoriam*), ou até mesmo o Ensino Fundamental I na residência do Sr. Francisco, mais conhecido como Chico Cota (FIG. 2). Os locais ainda hoje existem, e quase intactos, porém não mais destinados a essas atividades.

Figura 2 – Residências utilizadas antigamente para fins educacionais na Comunidade Forte. (A) Casa da Dona Mariinha; (B) Casa do Sr. Francisco.





Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Antigamente, tais ensinamentos em casa de família eram para desenvolver habilidades consideradas básicas: ler, escrever e resolver cálculos matemáticos simples. De acordo com JPF (2018), a escola foi criada “por motivo de necessidade do aprendizado aqui no Forte”. Assim, apesar dos ensinamentos repassados em casa de família, pode-se inferir que os interlocutores da pesquisa não os consideravam suficientes para suprir suas necessidades. Eles sentiam a necessidade de uma educação formal, que foi propiciada pela chegada da escola. “Você sabendo ler e escrever já estava bom. Qual era o foco? O que a pessoa devia aprender? Ler, escrever para saber fazer uma carta e tirar continha” (FRLS, 2018).

De acordo com o projeto político-pedagógico da Escola Monsenhor Lopes (PPP - INHUMA, 2017), a escola iniciou suas atividades no ano de 1972. Entretanto, a escola não possuía um prédio próprio para seu funcionamento. As atividades de ensino continuaram ocorrendo em casas de família (INHUMA, 2017; FRLS, 2018) e em uma associação (FRS, 2018). Segundo FRS (2018), “primeiro fizeram uma associação, aí a escola funcionou lá por um bom tempo”. De acordo com JPF (2018), que estudou na escola de 1971 a 1974, “[a

escola era] pequena, com pouca estrutura, bancos de madeira, mesinha muito pacata e os professores e os alunos”.

O prédio da escola foi construído em 1974, durante a administração do prefeito João Antônio de Sousa Macêdo, em terreno cedido pela família do Padre Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, que foi homenageado pela comunidade escolar ao associá-lo ao nome da instituição (FIG. 3A) (INHUMA, 2017). De acordo com todos os entrevistados, não houve nenhum ato comemorativo por ocasião da inauguração da escola. A condição da escola era humilde, já que a mesma era composta por uma única sala para as aulas do Ensino Fundamental I (que os entrevistados chamaram de ensino fundamental menor): “[Estudei] de 1972 a 1976, eu fiz o ensino fundamental menor, quatro anos. Antes de completar o quarto ano fizeram a escola, uma salinha de aula. [...] É aquela onde hoje funciona a diretoria” (FRLS, 2018) (FIG. 3B).

Figura 3 – Escola Municipal Monsenhor Lopes da Comunidade Forte. (A) Padre Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes; (B) primeira sala de aula.





Fonte: (A) Arquivo da Escola Municipal Monsenhor Lopes, e (B) dados da pesquisa (2018).

A organização da escola teve que se adequar a sua pequena estrutura física. As turmas eram multisseriadas e as aulas aconteciam nos turnos manhã e tarde (FRLS, 2018). A entrevistada ingressou no corpo docente da escola em 1984 e há indícios de que o ensino continuava sendo multisseriado em algumas turmas do Ensino Fundamental I nesta época. Em um único diário de classe do ano de 1984, existe a relação de alunos de duas turmas (3º e 4º anos, hoje 4º e 5º anos) e um resumo da matéria lecionada a cada mês letivo (ANEXO A). Analisando o documento, pode-se observar que o conteúdo lecionado em alguns dias é o mesmo para ambas as séries: por exemplo, nos dias 01, 03, 05 e 09 de junho de 1984 os conteúdos registrados para ambas as salas são gêneros dos substantivos, numerais romanos, artigos e números ordinais, respectivamente (ANEXO B).

De acordo com FRLS (2018), a escola era capaz de suprir a demanda de alunos na época de sua criação apesar do pequeno espaço físico. Esta afirmação é contraditória quando se observa que a mesma interlocutora afirmou que as aulas referentes ao Ensino Infantil ainda

aconteciam em casa de família: “Tinha uma outra casa que eles chamavam de creche, a casa de Mariinha. [...] Era como se fosse um reforço” (FRLS, 2018). Assim, a escola não era o único espaço de ensino na comunidade, principalmente para as crianças de menor idade que tinham o primeiro contato com o ensino extrafamiliar em residências da própria comunidade.

A escola continuou com essa única salinha até 1987, quando passou por uma primeira ampliação (FIG. 4). Com a construção de três salas de aula, a escola conseguia atender um maior número de moradores e passou a receber alunos de outras localidades, mas a maioria dos alunos continuava sendo da Comunidade Forte. De acordo com FRS (2018), “quando cresceu o grupo, no tempo de Alilo, veio gente do Barroão, de Atrás da Serra, da Vereda, do Saquinho, tudo estudar aqui”. Os alunos iam à escola a pé, de bicicleta ou até mesmo de jumento (FRLS, 2018; JPF, 2018).

Figura 4 – Placa de ampliação e reforma da Escola Monsenhor Lopes da Comunidade Forte no ano de 1987.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Entretanto, a Escola Monsenhor Lopes ainda ofertava somente o Ensino Fundamental I. Os moradores que queriam que seus filhos continuassem os estudos tinham que fazer concessões e deixar que eles se deslocassem para cidades vizinhas: “Eu fui para casa de um

tio meu, em Inhumá, aí vinha para cá só nos finais de semana. [...] Eu vinha na sexta e voltava na segunda às quatro horas da manhã, porque era para estar às sete na aula” (FRLS, 2018). Isso representava não somente um gasto financeiro para as famílias da comunidade, mas também um desgaste emocional já que tinham que ficar longe durante esse período de estudo. Além disso, haviam famílias que não tinham condições financeiras de dar suporte aos seus filhos, inviabilizando a conclusão dos estudos na Educação Básica.

Por isso, a comunidade sofreu um grande impacto em sua estrutura educacional quando no ano de 1998 passou a ser ofertado o Ensino Fundamental II na Escola Monsenhor Lopes (FRLS, 2018). De acordo com FRLS (2018), a ampliação da oferta de ensino na Comunidade Forte aconteceu não somente pela grande demanda, mas também pelas condições de acesso à comunidade.

Porque aqui [Comunidade Forte] tinha muita criança, muito aluno estudando. Os alunos daqui, começou de mim, caminhando para Inhumá estudar lá, fazer o ensino fundamental maior. Eu acho que com o número de meninos que foi terminando o quarto ano, que na época a gente chamava de quarto ano, houve a necessidade de colocar o ensino fundamental maior. Aí, como tem essas comunidades vizinhas, eles nuclearam, e colocaram aí. O acesso também para vim professor de fora, porque só os daqui não dava para funcionar, porque vem professor da Inhumá, para trabalhar aí, para ajudar. (FRLS, 2018)

A oferta de turmas para concluir todo o Ensino Fundamental na Escola Monsenhor Lopes representou não somente um avanço para a Comunidade Forte, mas também para todos os moradores das comunidades circunvizinhas, que a partir de então tiveram a possibilidade de concluir um maior número de etapas educacionais formais sem a necessidade de afastamento de sua família. De acordo com FRLS (2018), as comunidades mais distantes do Forte só passaram a frequentar a escola após a oferta dessa modalidade de ensino. Isso foi observado inclusive por moradores da comunidade que não possuíam nenhuma relação direta com a escola, como a entrevistada HML, que afirmou: “[...] agora está estudando muitas pessoas de fora, de outros lugares, outros interiores”. Um total de 11 localidades são atendidas pela Escola Monsenhor Lopes: “Vereda, Vereda do Forte, Saquinho, Barreiro Branco, Cocos, Barroço, Atrás da Serra, Canto, Pitangá, Forte, Cabeceira do Forte” (INHUMA, 2017).

O atendimento educacional para moradores de tantas localidades foi possível não somente pela ampliação da escola, mas também pelo investimento público em outros setores, como o de transporte. De acordo com JPF (2018): “[...] a escola cresceu, [pois] o poder

público investiu pondo ônibus para trazer os alunos mais de longe”. De acordo com FRLS (2018), a oferta do transporte de alunos, e até mesmo de professores, ocorre desde o início das atividades do Ensino Fundamental II, em 1998. Diferentemente de JPF que afirmou a existência de um ônibus, FRLS (2018) asseverou, com um ar de preocupação, que os veículos utilizados para o transporte escolar são inapropriados, o que representa um risco para os alunos e professores que os utilizam: “É umas D20 que vem. É arriscado né, mas fazer o quê... até hoje eles vêm em uma D20, até o ano passado. Eu acredito que esse ano vai continuar”.

Eram tantos alunos a serem atendidos, que a estrutura física da escola mais uma vez não conseguia suprir a demanda. No ano de implantação do Ensino Fundamental II, em 1998, a Escola Monsenhor Lopes passou a usar o prédio da Associação de Produtores Rurais da Região do Forte (APORF), para dar suporte às suas atividades educacionais (FIG. 5). De acordo com FRLS (2018), “sempre a gente usava umas salinhas lá para levar turma porque não cabia na outra [neste caso, no prédio da escola]”. Ainda hoje, funcionam salas de aula e a biblioteca da escola neste prédio, cuja entrevistada denominou de “anexo”. A utilização deste segundo espaço aconteceu de forma informal, não houve nenhuma reunião com os moradores ou produtores, até mesmo porque, segundo FRLS (2018), a associação não desenvolvia nenhuma atividade neste prédio.

Apesar do aumento no número de alunos e de comunidades atendidas, a Escola Monsenhor Lopes continuava trabalhando no limite de sua capacidade física, mesmo usando o prédio da associação e multisseriando turmas. Somente após mais de uma década da implantação do Ensino Fundamental II, a escola passou por uma série de reformas e ampliações. Entre 2010 e 2015, duas salas de aulas foram construídas e implantou-se um núcleo de informática, dentre outras reformas para fornecer melhores condições de trabalho e ensino (INHUMA, 2017).

Atualmente, a escola conta com seis salas de aula e uma outra série de áreas para suporte organizacional, pedagógico e de gestão (diretoria, núcleo de informática, refeitório, almoxarifado, cantina, despensa e banheiros). Mesmo assim, a escola ainda precisa de mais duas salas de aula para suprir sua demanda, uma biblioteca (que funciona até hoje no “anexo”), um auditório para a realização de eventos, uma sala de coordenação pedagógica e de professores, e a conclusão da quadra de esportes que se encontra em construção há mais de dois anos (INHUMA, 2017).

Figura 5 – Prédio da Associação de Produtores Rurais da Região do Forte.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Hoje, a Escola Monsenhor Lopes oferta turmas do Ensino Infantil ao Ensino Fundamental (I e II), da creche ao 9º ano. Ainda há turmas multisseriadas, porém em menor número que antigamente e se restringem ao Ensino Infantil. O motivo de existir essas salas multisseriadas seria a baixa demanda de alunos para algumas séries.

Tinha turma que não dava mais para fazer multisseriado. [Eram turmas de] 20, 25, até 30, mas também tinha turminha que era um, dois, três... [...] Às vezes ainda acontece [ensino multisseriado]. Nunca acabou totalmente. Porque, por exemplo, pré e creche, eles sempre misturam os alunos, porque não forma a turma. (FRLS, 2018).

As mudanças ao longo dos anos na Escola Monsenhor Lopes não se referem somente à estrutura física e modalidades de ensino, mas também à comunidade escolar, tanto o corpo docente, quanto o discente. Segundo MSJR (2018), “os primeiros professores eram moradores da região que não possuíam nenhuma formação pedagógica, apenas tinham domínio da



leitura, de cálculos matemáticos e conhecimentos gerais”. Os professores ingressavam na escola via indicação política. O depoimento de FRLS evidencia isso:

[...] me deram uma sala de aula por indicação. Naquela época ninguém fazia concurso. Então, como eu já tinha o magistério, me passaram para a sala de aula, aí comecei a trabalhar alfabetizando crianças. [...] Naquele tempo eles só faziam indicar, questão partidária mesmo. (FRLS, 2018)

De acordo com essa mesma entrevistada, houve um único concurso, que ocorreu há cerca de 12-13 anos, para ingresso de novos professores. Entretanto, mesmo após o concurso, a entrevistada FRLS afirma que a maioria do corpo docente da escola atualmente é composto por pessoas da comunidade e, demonstra em sua fala, a expectativa que esse fato continue: “[...] a maioria é daqui [da Comunidade Forte] e só não já fechou com os professores daqui porque quando fizeram o concurso esses meninos não tinham terminado [o Ensino Superior] ainda”. Assim, há indícios de uma mudança no perfil do quadro docente da escola: antigamente, a maioria dos professores era de fora da Comunidade Forte, principalmente da sede do município de Inhumas; atualmente, a maioria dos professores são da própria comunidade.

O fato dos primeiros professores não serem da comunidade comprometia o ensino, pois as aulas ocorriam de forma esporádica: “Tinha uma parente de papai que deu aula para mim aqui, ela vinha da Inhumas. O quê que acontecia? As aulas, se tivesse dois, três dias da semana, tinha muito” (FRLS, 2018). Além disso, o ensino não possuía nenhuma relação com a Comunidade Forte e nem com o campo. Um indício dessa afirmação é a narrativa da FRLS (2018):

No tempo que eu estudei aqui os professores não tinham aquela preocupação das atividades relacionadas com o campo, porque cada aluno já trazia esses conhecimentos de casa. Porque além da gente estudar também trabalhava em casa nos serviços domésticos e na roça com os nossos pais. (FRLS, 2018)

As entrevistas indicam que até o perfil dos alunos da Escola Monsenhor Lopes mudou ao longo dos anos. Antigamente, logo no início da implantação da escola, os alunos trabalhavam na agricultura familiar, auxiliando os pais com os serviços da roça, entretanto, dificilmente algum aluno ainda desenvolve esse trabalho. De acordo com FRLS (2018), os alunos “não vivem mais trabalhando, dificilmente tem um para viver trabalhando. Eles já

estão caindo na real, que tem que estudar”. Tal narrativa indica uma valorização da educação sobre o trabalho, no qual o homem do campo tem no ensino uma perspectiva para sua melhoria de vida.

O ensino ofertado pela Escola Monsenhor Lopes é considerado uma forma de preparação para os alunos ingressarem no mercado de trabalho ou até mesmo prosseguirem seus estudos até o Ensino Superior. Isso é evidenciado pela narrativa orgulhosa de duas interlocutoras que salientam a aprovação em concursos e universidades públicas de ex-alunos (FRLS, 2018; MSJR, 2018). A preocupação com o ingresso dos alunos no Ensino Superior e na carreira pública influencia o ensino ofertado pela escola, pelo menos é o que evidencia a narrativa de FRLS (2018)

Uma coisa que eu nunca gostei aqui, que mudou, foi essa questão de campo. Assim, no maior não existiu isso não, mas no menor tem o livro do campo e o livro da cidade, e eu não concordei muito com isso não. Eu estou fazendo, porque eu não dou jeito. Porque quando vem os vestibulares da vida, os ENEM da vida, os concursos da vida, não vem baseado em campo não. Tão seguindo o livro, só que eu não sigo não. As minhas aulas são diferentes. Eu ainda vou lá nas escolinhas particulares, procuro livro bom... porque você chega bem aqui em um interior desse tem internet, tem tudo, então para que essa diferença aí?

O planejamento da Escola Monsenhor Lopes é realizado bimestralmente na sede do município de Inhumas, juntamente com todos os professores da rede municipal de ensino, independentemente de serem da cidade ou do campo (FRLS, 2018). Tal fato pode comprometer a ideia e a preparação de um ensino voltado para o campo, ainda mais quando observamos que o PPP da Escola Monsenhor Lopes não possui em suas referências nenhuma bibliografia abordando a Educação do Campo, inclusive documentos norteadores como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução N° 1/2002 CNE/CEB). Com isso, há indícios que a Escola Monsenhor Lopes não segue os preceitos da Educação do Campo.

Apesar disso, a existência da Escola Monsenhor Lopes é considerada primordial pelas pessoas da Comunidade Forte que a consideram importante devido a seu papel educacional.

[...] foi na escola que todos os meus filhos também se instruíram para uma vida digna. (FRLS, 2018)

[A escola é importante para a comunidade] porque é ensinamento. (FRS, 2018)

[A escola é importante para a comunidade] porque aprende. [...] estou feliz, porque estou vendo eles aprendendo. (HML, 2018)

[A escola é fundamental na Comunidade Forte] porque o ensino, a educação está em primeiro lugar. (JPF, 2018)

De acordo com a interlocutora MSJR (2018), o reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento cultural, financeiro e social dos moradores da Comunidade Forte ocorreu justamente por causa da existência da Escola Monsenhor Lopes. JPF (2018) relatou a importância da escola para o desenvolvimento de pessoas do campo para o campo, como evidencia pela narrativa, “porque dali onde sai algumas pessoas que hoje são formadas, já tem seus cursos que é em volta dos agricultores dali”. Além disso, a escola também auxiliou a manter os moradores da comunidade ao dar suporte financeiro e assim impedir que elas migrassem para a cidade à procura de trabalho: “Aquela escola é minha vida, eu trabalhei muito ali. Mas foi minha salvação, porque foi de lá onde adquiri meu sustento, me mantive até hoje. Agradeço a Deus todo dia por ela”. A importância da escola para os moradores da Comunidade Forte vai além da relação profissional ou de formação, sendo até mesmo considerada de ordem emocional, uma relação afetiva: “hoje essa Escola para mim é como se fosse um membro de minha família, ou seja, um pedacinho de mim” (FRLS, 2018).

Ao considerarmos os princípios da Educação do Campo, pode-se afirmar que a relação com a comunidade é um ponto crucial para a delimitação e caracterização do ensino campesino. O fator-chave da Educação do Campo é a ampliação do acesso à escola, sendo que tal acesso não deve ser somente aos que necessitam de formação, mas também aos que podem contribuir para ela como familiares, organizações e movimentos populares (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999).

A relação da Comunidade Forte e sua relação com a Escola Monsenhor Lopes precisa ser intensificada. HML (2018) acha bom que a comunidade se envolva com a escola, mas ressalta que ela não ocorre há todo momento. A interação da comunidade com a escola parece ser esporádica e se limita aos eventos e reuniões escolares (FRLS, 2018). De acordo com MSJR (2018), a proximidade da escola com a casa dos moradores até facilita que os pais acompanhem a vida escolar dos filhos, mas o PPP relata que existe a necessidade de uma maior interação entre a escola e a família.

Atualmente a escola tem enfrentado alguns problemas preocupantes, na maioria das vezes por situações ocorridas fora da escola, como: migrações temporárias, desestrutura familiar, carências nutricionais, indisciplina, falta de acompanhamento dos familiares (falta de cuidado com o material didático, não suprimento dos materiais escolares básicos). Por este motivo, sente-se a necessidade de uma maior integração família e escola, pois se percebe que alguns dos problemas citados acima são fatores que vem causando o baixo rendimento escolar dos alunos. (INHUMA, 2017)

Assim, podemos inferir que a Escola Monsenhor Lopes poderá ter dificuldades em se consolidar como uma escola do campo já que a participação da Comunidade Forte se restringe somente ao acompanhamento do rendimento escolar e eventos. A entrada das diversas classes do campo na escola não deve ser considerada uma mera representação, sem vez ou voz. O povo do campo deve lutar e construir, juntamente com a escola, um ensino que siga os princípios da Educação do Campo como o respeito à diversidade e às particularidades do campo, valorização da identidade campesina e voltado para as necessidades dos moradores da zona rural visando não somente o desenvolvimento sociocultural, mas também econômico (BRASIL, 2010). Porém, os sujeitos do campo não devem somente auxiliar, mas também monitorar a qualidade do ensino ofertada pelas escolas campesinas, tanto do ponto de vista curricular quanto social, participando efetivamente da escola e não sendo meros expectadores (BRASIL, 2010, 2014).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é resultante de trabalho árduo, marcado por desafios na busca de informações históricas sobre a comunidade e a escola em foco. As fontes foram fundamentais para o alcance do objetivo principal deste estudo, que é compreender as relações da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte. Buscou-se resgatar fatos e memórias para contribuir com a historiografia das escolas do campo piauienses, em especial a Escola Municipal Monsenhor Lopes, situada na localidade Forte, Município de Inhuma, Estado do Piauí.

A busca de informações em fontes documentais e relatos dos moradores da Comunidade Forte que participaram diretamente, ou não, da Escola Monsenhor Lopes em algum momento da sua vida, foi significativo para a formação da pesquisadora, pois no processo foi possível resgatar lembranças e conhecer episódios da história de seu lugar.

As mudanças ocorridas no decorrer dos anos foram perceptíveis, afinal contribuíram para a formação da comunidade como ela é hoje, seja do ponto de vista educacional, sociocultural ou econômico.

A Escola Monsenhor Lopes foi fundada há 46 anos e é a principal responsável pela educação formal, não somente dos moradores da Comunidade Forte, mas também de vários outros campesinos que moram em comunidades circunvizinhas. É inadmissível não ressaltar a força de vontade e o anseio por uma vida melhor dos sujeitos do campo, pois mesmo com as dificuldades no sistema educacional encontradas ao longo dos anos (como falta de espaço físico e insegurança no transporte escolar) estes não mediam esforços para a aquisição de conhecimento e conclusão de seus estudos. Isso é visível se considerarmos que os sujeitos do campo só dispunham de um ensino básico informal para seus filhos antes da fundação da escola, ou quando consideramos que alguns pais, que tinham melhores condições financeiras, possibilitavam a ida dos seus filhos para a cidade para concluir seus estudos em modalidades de ensino que ainda não eram ofertadas na Comunidade Forte, mesmo com a existência da Escola Monsenhor Lopes.

Quanto ao surgimento da primeira instituição escolar da Comunidade Forte, observou-se que apesar da sua fundação ocorrer em 1972, a primeira sala de aula (e a única até aquele momento) só foi construída no ano de 1974. Assim, as casas de família cumpriram um papel essencial na formação educacional dos moradores da Comunidade Forte, inclusive depois da

sua fundação da escola, pois algumas continuaram sendo usadas para fins educacionais concomitantemente com a escola. A escola, para suprir a demanda em um pequeno espaço físico, organizava o ensino em turmas multisseriadas, com a maioria do corpo discente sendo composto por alunos da própria comunidade, enquanto os professores eram da cidade.

Apesar de toda a contribuição e papel fundamental que a escola teve na formação básica dos sujeitos do campo, somente no ano de 1987, 15 anos depois de sua fundação, a escola passou por sua primeira reforma e ampliação. Desde então, a escola cresceu, não somente em estrutura física, mas também na relevância e importância para a formação básica dos sujeitos do campo do município de Inhumas, pois atualmente atende não só à Comunidade Forte, como também outras dez localidades circunvizinhas, ofertando turmas do Ensino Infantil e Fundamental (desde a creche ao 9º ano) e com a maioria do corpo docente composto por pessoas da própria comunidade.

Constatou-se que a Escola Municipal Monsenhor Lopes é de extrema importância e indispensável no processo de desenvolvimento e crescimento da Comunidade Forte, e que ambas caminham juntas, sendo que a formação de uma depende da outra. A escola é formada pela comunidade, onde a mesma capacita, qualifica e prepara os indivíduos para a vivência na sociedade, contribuindo assim de forma satisfatória e benéfica para o progresso pessoal, profissional, social e psíquico dos sujeitos. Porém, a comunidade não deve somente caminhar ao longo da escola, mas sim participar diretamente da gestão e organização pedagógica, buscando uma maior integração da realidade do campo com o ensino ofertado. Somente quando isso acontecer, a Educação do Campo terá subsídios para se consolidar na Comunidade Forte.

Entre os sujeitos entrevistados é perceptível o entusiasmo ao poderem resgatar suas memórias e contribuir para a construção da sua própria história. A utilização da memória dos sujeitos do campo em um estudo tão próximo à sua realidade e história produziu, mesmo que indiretamente, uma valorização da sua identidade como morador da Comunidade Forte. Também os provocou a refletirem sobre o tipo de educação que é ofertada e os impactos do ensino para a vida e o desenvolvimento das pessoas da comunidade. Com isso, esperamos ter despertado o interesse nesses sujeitos a se integrarem mais com a escola e que eles se identifiquem como disseminadores, contribuindo, mesmo que um pouco, para a valorização da escola, da comunidade e do reconhecimento dos sujeitos do campo como construtores da Educação do Campo. Ressaltamos que esse trabalho poderá despertar novos olhares sobre esta

comunidade, a educação e seus traços históricos, e conseqüentemente contribuir com as pesquisas relacionadas às escolas do campo e comunidades rurais.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação **Cadernos Cedes**, vol. 27, n. 72, p. 177-195, 2007.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384 p.

BORGES, H. S.; SILVA, H. B. A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. In: GHEDIN, E. (Org.). Educação do Campo: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. IX, p. 207-236.

BORSA, J. C. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. 2007. Disponível em: < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>> Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de novembro de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação, 125).

CALDART, R. S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 10-31. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 5).

\_\_\_\_\_. Educação do Campo. IN: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-265.



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 166 p.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005. 238 p.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 226 p.

INHUMA (Município). Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos. Escola Municipal Monsenhor Lopes. **Projeto político pedagógico**. Inhumá, PI: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, 2017. 44 p.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. 92 p. (Coleção Básica do Campo, 4)

\_\_\_\_\_; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação Básica do Campo (Memória)**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999. 98 p. (Coleção Básica do Campo, 1)

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 70)

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. 128 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, p. 156-168, 2003.

ROSA, D. S.; CAETANO, M. R. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas. **Colóquio – Revista Científica da Faccat**, v. 6, nº 1-2, p. 21-34, 2008.

SANTOS, M. P.; CASTRO, C. B. As relações entre escola e cultura sob o olhar da sociologia da educação: uma abordagem sistêmica. **Imagens da Educação**, v. 2, n. 3, p. 69-78, 2012.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, nº 4, p. 27-33, 2005.

SERAFIM, L.; TEIXEIRA, A. C. C. **Controle social das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2008. 4 p. (Boletim REPENTE: Participação Popular na Construção do Poder Local, 29)

SOUZA, M. A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

TEIXEIRA, B. B. Comunidade escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

## APÊNDICE A – Roteiro das entrevistas

1. Há quanto tempo você mora na Comunidade Forte?
2. Você se lembra como ocorreu a criação da escola? Você participou deste processo? Se sim, qual e como foi sua contribuição?
3. Você se lembra da inauguração da escola? Como foi?
4. Como eram os alunos atendidos pela escola?
  - a. Meninos e meninas?
  - b. Mudavam com frequência?
  - c. Somente filhos de agricultores?
  - d. Somente crianças?
  - e. De onde eram e como chegavam?
5. Você acha que a escola mudou com o tempo? O que mudou?
6. E a comunidade? Mudou com a chegada da escola? O que mudou?
7. A escola é importante para a comunidade? Por quê?
8. A escola é importante para você? Por quê?
9. Você já teve alguma ligação com a escola?
  - a. Você estudou na escola? Em qual período? Por quanto tempo?
  - b. Você trabalhou na escola? Em qual período? Por quanto tempo?
  - c. No tempo que você estava na escola, como ela era? Como era a relação entre as pessoas da escola e da comunidade?
  - d. Havia atividades/conteúdos relacionados com a comunidade? Ou à realidade do campo?
  - e. O que significou para você estudar/trabalhar nesta escola?
10. A escola já passou por alguma(s) dificuldade(s)? Qual(is)? Como conseguiram superar?  
A comunidade se envolveu?

## APÊNDICE B – Questionário

1. Você acha que a Escola Monsenhor Lopes mudou com o tempo? O que mudou?
2. Quais funções você desempenha na escola?
3. Você se lembra como surgiu a escola?
4. O que levou a doação do terreno da/para escola?
5. Você se lembra que foram os primeiros educadores?
6. A comunidade mudou com a chegada da escola?
7. Você estudou na escola?
8. Para você a Escola Monsenhor Lopes foi/é importante para a comunidade?
9. Como era a escola?
10. E para você, a escola foi/é importante?

**APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/CIÊNCIAS DA  
NATUREZA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Inhuma (PI), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_

**Título do trabalho:** História de uma Escola do Campo: a relação da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte

**Professora Orientadora:** Dra. Suzana Gomes Lopes

**Pesquisadora Responsável:** Caroline Lucena de Sousa

**Telefone para contato:** (89) 999478658

**E-mail:** sglopes@ufpi.edu.br

Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências da Natureza, que tem como proposta investigativa para o Trabalho de Conclusão de Curso a “História de uma Escola do Campo: a relação da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte”. Esse é um estudo conduzido pela aluna Caroline Lucena de Sousa sob orientação da Professora Dra. Suzana Gomes Lopes. Nesta pesquisa, buscamos compreender as relações da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte resgatando a memória de acontecimentos e realizações ao longo da sua história. Diante disso, é de nosso interesse que você participe como voluntário(a), disponibilizando-se a contribuir com sua valiosa vivência, enquanto interlocutor da Comunidade Forte.

Desta forma, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores relacionados neste documento obtenham fotografia, filmagem, gravação de voz, e outros materiais pertinentes à pesquisa sem quaisquer ônus financeiro a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, autorizo a utilização destas fotos e/ou filmagens, depoimentos para fins de pesquisa científica/ educacional e de estudos (livros, artigos, slides, sites, aulas, congressos, eventos científicos, palestras, oficinas, periódicos científicos), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Leia cuidadosamente o que se segue e em caso de dúvida, você pode procurar os responsáveis pela pesquisa. No caso de aceitar participar desse estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra, que deverá ser devolvida, é dos pesquisadores. Em caso de não ser de seu interesse, não assine o documento, apenas devolva ao pesquisador. Na perspectiva de contar com sua valiosa colaboração, desde já agradecemos sua atenção.

### **Consentimento da participação na pesquisa como sujeito**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “História de uma Escola do Campo: a relação da Escola Monsenhor Lopes com a Comunidade Forte”, como interlocutor.

Inhuma (PI), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_

---

Assinatura do sujeito

**ANEXO A – Relação de alunos do diário de classe da Escola Monsenhor Lopes do ano de 1984.**

CURSO.....		3 <sup>o</sup> SÉRIE	TURMA.....
Números	NOME DO ALUNO		
	3 <sup>o</sup> Ano		
1	Edivaldo Soares do Nascimento		
2	Herzandi Antonio de Carvalho		
3	Francisco José de Carvalho Sa		
4	Sebastião de Sousa Saento		exercício
5	Salomão Cassiano Sousa		
6	M <sup>o</sup> Jônês Carvalho do Nascimento		ão
7			
8			
9			
10			
11			ide
12			
13			
14			
15			ático
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
	4 <sup>o</sup> Ano		
24	Jose Wilson Carvalho Borges		
25	Marginalva Carvalho Lopes		
26	Edinalva Alves Soares		
27			exercício
28			
29			
30			
31			lato
32			o
33			
34			
35			
36			raio
37			
38			io
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			s 21
52			

de 19 84

CURSO.....

**ANEXO B – Conteúdos lecionados no mês de junho registrados em diário de classe da Escola Monsenhor Lopes do ano de 1984<sup>4</sup>.**

Junho DE 19 1984

MATERIA LECIONADA	
Dias	RESUMO
01	Genero dos substantivos
02	Explicação e exercício.
03	Numeração Romana.
04	Leitura e exploração do texto
05	Artigos (cópia) do ponto.
08	Explicação e exercício.
09	Numerais ordinais (cópia.)
10	Datas comemorativas, Ditado
11	relevo, clima e vegetação (cópia)
12	continuação, questionário
15	Animações 'Uteis e Nocivos
16	Explicação do ponto, questionário
17	Apparelho circulatório
22	Explicação e questionário
23	para
24	mat.
25	provas e sociais
26	ciências
30	entrega de provas.
01	Genero dos substantivos.
02	Explicação e exercício.
03	Numerais romanos
04	Leitura e exploração do texto.
05	Artigos (cópia) do ponto.
08	Explicação e exercício.
09	Numerais ordinais
10	Como nos orientamos na terra
11	Adição (cópia) do ponto.
17	Leitura e Ditado
15	Oceano, Mares e continente
16	continuações
17	Apparelho circulatório.
22	Animações Verdadeiros e Falsos
23	para
24	mat.
25	prova. Estudo Sociais
26	ciência
30	entrega de provas

AULAS PREVISTAS 19 - AULAS DADAS 19

Encerrado em 30 de Junho de 1984

(Assinatura do Professor)

(Visto da Autoridade Escolar)

<sup>4</sup> Para manter o anonimato da fonte documental, o nome da professora foi suprimido do documento.





TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- ( ) Tese  
( ) Dissertação  
( X ) Monografia  
( ) Artigo

Eu, Caroline Lucena de Sousa,  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
Uma Escola do Campo: A relação da Escola  
Montenhas Lopes com a comunidade Forte  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 01 de Junho de 20 18.

Caroline Lucena de Sousa  
Assinatura

Caroline Lucena de Sousa  
Assinatura